



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

Data: 29 de abril de 2016
Horário: 10h00minh
Local: Auditório do Hospital Municipal Moacyr R. do Carmo – Av. Washington Luiz, 3200 – Duque de Caxias – RJ.

Participantes: Conforme lista de presença em anexo

1) Integrantes da CIR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	Secretário Municipal de Saúde	Suplente
Belford Roxo	Marcio Valério Ribeiro da Silva	Diego Almeida
Duque de Caxias	***	Fátima A. Saieg
Itaguaí	***	***
Japeri	***	Paulo Cesar A. M. Soares
Magé	***	***
Mesquita	***	***
Nilópolis	***	Márcia Cristina G. Frazão
Nova Iguaçu	***	Vivian Damasceno
Queimados	***	Janequele de Azevedo
Rio de Janeiro	***	Lidia Zimbardi
São João de Meriti	***	Cacilene Ferreira dos Santos
Seropédica	***	Dulce Maria Inoue
COSEMS/RJ – Apoiador Regional	Maria de Fátima Rezende	***
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - SES	Titular	Suplente



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

Representante de Nível Central	Monique Fazzi	Izabela Ribeiro
Secretaria Executiva	Patricia Vanda dos Santos Rocha	Sidnéa Alvim da Silva
2) Participantes Convidados		
Instituição	Função	Nome
SMS Belford Roxo	Subsecretário	Leonardo Mazzutti
SMS Belford Roxo	Subsecretária	Roselene Moraes
SMS Itaguaí	RUE	Cesar Fontes
SMS Magé	Assessoria Técnica	Alba Iaci Macieira
Câmara dos Deputados	Vice-Presidente na Comissão de Saúde da ALERJ	Deodalto José Ferreira

1 Foi dada a palavra à Sra. Monique Fazzi - Representante do Nível Central, para saudação. Deu início à
2 reunião, seguindo os itens da pauta: **I – PACTUAÇÃO: 1 - Aprovação das 10ª e 11ª Atas das**
3 **Reuniões Ordinárias de 2015, Ata da 1ª Extraordinária e Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2016:** as
4 atas da décima e décima primeira reuniões ordinárias de dois mil e quinze, bem como as atas da primeira
5 reunião extraordinária e segunda reunião ordinária de dois mil e dezesseis foram consideradas
6 pactuadas, tendo em vista que não houve manifestação contrária ou solicitação de retificação. **2 – Pólo**
7 **de Ostomizados Tipo I** – A Sra. Monique diz que a pauta foi discutida na segunda reunião ordinária da
8 CIR, por solicitação do município de Queimados, (até o momento não há presença de representante
9 deste município na plenária) sob a alegação de que o pólo Tipo I, em Belford Roxo - referência para
10 dispensação de bolsas de ostomia na região, não está dispensando bolsas desde dezembro de dois mil e
11 quinze. Sendo assim, a plenária, na ocasião, pactuou a retirada do recurso financeiro do pólo em Belford
12 Roxo. A distribuição tem sido feita pela Secretaria de Estado de Saúde. O encaminhamento daquela
13 reunião foi que os municípios que fazem parte da referência do polo Tipo I, em Belford Roxo,
14 trouxessem sugestões de municípios para servirem como polo, permitindo a sua pactuação na reunião de
15 hoje. O estado manterá a distribuição até que algum município manifeste o desejo de tornar-se polo de
16 distribuição para região. A Sra. Vivian, de Nova Iguaçu, diz que o município está estudando a
17 possibilidade de constituir o polo no município. No momento, não há posição definida, mas está
18 preparando um projeto viável para pactuação futura. O Sr. Leonardo – Belford Roxo declara que o
19 município não deseja ser polo, entretanto a estrutura do polo permanecerá para atendimento dos próprios
20 munícipes. Fica encaminhado que o município de Nova Iguaçu elaborará um projeto para implantar um



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

21 polo regional para o atendimento dos ostomizados, identificando a capacidade de absorção dos
22 municípios. Fará uma análise de viabilidade e a partir de então apresentará a proposta na CIR. Foi
23 perguntado como está à distribuição do material em Nilópolis. A Sra. Cristina disse que o serviço não
24 está sendo realizado e que a possibilidade de referência em Nova Iguaçu atenderia a necessidade do
25 mesmo. A Sra. Monique confirma que a distribuição permanecerá na Rua México, cento e vinte oito,
26 até que seja apresentado o projeto de Nova Iguaçu. Os membros presentes concordaram com a decisão.

27 **3 – Hospital das Clínicas e Maternidade de Belford Roxo – atraso no pagamento e estratégia de**
28 **enfrentamento** –foi informado que na reunião da CIR, no dia dezessete de março, a plenária pactuou
29 que o município de Belford Roxo teria o prazo até a reunião CIR de abril para regularizar o pagamento
30 com o prestador – Hospital das Clínicas e Maternidade de Belford Roxo. Caso contrário, o Estado faria a
31 retirada do recurso do teto financeiro de Belford Roxo para esse hospital. O recurso passaria para o
32 Fundo Estadual de Saúde - FES, a fim de efetuar o pagamento diretamente ao prestador. Assim que o
33 município se organizasse, o Estado retornaria o recurso para o Fundo Municipal de Saúde - FMS de
34 Belford Roxo para dar continuidade aos pagamentos junto ao prestador. Esse recurso é específico do
35 Ministério da Saúde para essa ação, ou seja, pagamento ao prestador em questão, mediante a produção
36 realizada e informada, sendo que está com atraso de algumas competências. Foi pago parte de novembro
37 do ano passado. O prestador comunicou à SES que, diante de tal situação, o hospital não tem condições
38 de manter o atendimento. Com isso, a região corre o risco de ficar sem esse atendimento. Na região, ao
39 longo dos anos, vem ocorrendo o fechamento de maternidades e os munícipes acabam procurando o Rio
40 de Janeiro. O Sr. Marcio Valério cumprimenta os presentes e sinaliza a presença do Deputado Deodalto.
41 O Deputado informa que é vice-presidente da Comissão de Saúde da ALERJ. O Sr. Marcio Valério
42 refere que o ponto de pauta é assunto administrativo e diz respeito ao município. Informa que conversou
43 por telefone com o Secretário de Estado de Saúde, a fim de que o assunto não estivesse na pauta.
44 Entretanto, o Secretário manteve o assunto na pauta. Completa dizendo que em gestão anterior o
45 Hospital Infantil foi fechado e o MP obrigou a reabrir. A Maternidade Nossa Senhora da Glória também
46 foi fechada. A Maternidade possui cento e vinte leitos funcionando vinte e quatro horas, entretanto o
47 Estado nunca questionou ou se posicionou quanto a essa situação. Diz que a UPA será devolvida porque
48 o Estado está devendo mais de seis milhões ao município. Diminuiu de quatrocentos para duzentos e
49 cinquenta mil o valor para custeio e tem uma dívida que não paga. Estes assuntos é que deveriam ser
50 discutidos, diz ele. Diz que no mês de março foram mais de três mil atendimentos de Zika e
51 Chikungunya, e em nenhum momento o Estado deu um paracetamol para ajudar. O Estado enviou ao
52 município de Belford Roxo comunicação da Auditoria do Departamento Nacional do SUS, para
53 providencias quanto à intervenção dos gestores municipais na Casa de Saúde e Maternidade Belford



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

54 Roxo, conforme cópia do relatório que está sendo entregue na reunião (o documento foi recebido pela
55 Secretaria Executiva da CIR e foi encaminhado pelo CES e não SES). A Sr^a Monique esclarece que os
56 assuntos dessa reunião são sobre as questões de saúde da região, de todos os municípios que fazem parte
57 da Metropolitana I. Este colegiado atende ao Decreto 7.508 de 2011, que dispõe sobre a regionalização
58 no SUS. Com esse Decreto, são instituídas as Comissões Intergestores Regionais – CIR, equivalentes
59 aos antigos CGR – Colegiados de Gestores Regionais, instâncias onde os municípios conversam entre si
60 sobre as questões que repercutem em mais de um município, com o intuito de melhorar a situação de
61 saúde da região, buscando o consenso entre si e com o estado. O Sr. Marcio solicita que lhe seja
62 apresentado uma situação parecida. A Sra. Monique dá como exemplo uma ocorrência que houve na
63 Região Noroeste, em que, temporariamente, os recursos para pagamento de um prestador foram
64 transferidos do FMS em questão para o FES. Nesse período, o prestador foi pago pela SES e depois o
65 recurso retornou para a SMS realizar os pagamentos. O Sr. Marcio afirma que o mesmo tratamento não
66 foi dado a outra maternidade. A Sra. Monique declara que desconhece esta questão. O Sr. Marcio diz
67 que faz esta declaração oficialmente como Secretário Municipal. Diz ainda que solicitou ao Sr.
68 Secretário de Estado que retirasse o assunto de pauta e não foi atendido. Há outra maternidade que foi
69 reaberta atendendo vinte e quatro horas, a partir dessa semana. Solicita a revisão do assunto, visto
70 entender que não é nessa plenária que deve ser tratado. O Deputado Sr. Deodalto solicita a palavra. Fala
71 que como vice-presidente da Comissão de Saúde da ALERJ, vem a essa plenária com o objetivo de
72 discutir a falta de leitos de maternidade na Baixada. Informa que possui um projeto de co-financiamento
73 para as maternidades da Baixada e Metropolitana II. Esse projeto vem para salvar as maternidades.
74 Sendo esse um caso grave na Baixada, já se atinge o fechamento de quinze maternidades em dez anos.
75 Se não houver união para preservar as que estão abertas, três serão fechadas. Ele relata a dificuldade das
76 maternidades da Baixada e diz que o problema não está só no município de Belfort Roxo. A ação deve
77 ser conjunta para salvar a saúde das maternidades. Ele elogia a gestão do Secretário de Saúde de Belfort
78 Roxo, Sr. Marcio. Diz que o objetivo é encontrar uma solução. A Sra. Lidia diz que o número de
79 fechamento de maternidades é ainda maior e questiona se houve conclusão sobre a causa do fechamento
80 das maternidades. O Sr. Deodalto diz que, infelizmente, as unidades têm muita dificuldade para
81 funcionar com os valores de remuneração da Tabela SUS, tendo em vista serem muito defasados. A Sra.
82 Lidia diz que dessa forma todas as maternidades vão fechar se não houver mudança para melhoria do
83 custeio delas. O Sr. Deodalto diz que o projeto estima um custo de cinquenta milhões/ano para
84 beneficiar e reabrir as maternidades. No projeto, que é estadual, a previsão é de que os recursos seriam
85 distribuídos entre as maternidades. Com certeza irá beneficiar as maternidades da região, além de São
86 Gonçalo. O objetivo hoje é evitar que a maternidade seja fechada. O projeto já está na mesa do



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

87 governador. Não foi executado por falta de dotação orçamentária. O atraso no pagamento da
88 maternidade torna insustentável a sobrevivência da mesma. O recurso vem do governo federal. Os
89 prestadores ficam com dificuldade de continuar a atender sem o recurso, como acontece com as UPA,
90 em que o Estado diminuiu o valor e tem atrasado o envio da verba. A situação é crítica e, por isso, cabe
91 a união das forças. A Sra. Monique esclarece que na reunião passada ficou encaminhado que a SAECA
92 iria levantar a situação de pagamento da maternidade. O assunto está em pauta em decorrência do
93 encaminhamento que foi feito na última reunião, a pedido dos presentes, de que fosse feito um estudo,
94 tendo em vista que naquela reunião não havia informações suficientes. Ou seja, o assunto está em pauta
95 por ser um desdobramento da reunião anterior. O Sr. Marcio reafirma que a pauta fere o município de
96 Belford Roxo, visto que o assunto é único e exclusivo do município. Os casos de zika e chikungunya
97 estão alarmantes. O Estado não repassou um centavo. Esse deveria ser o tema a ser discutido. Recebe as
98 queixas de que os munícipes da periferia de Belford Roxo são atendidos em Nova Iguaçu, em
99 contrapartida o Hospital do Joca tem setenta por cento do seu atendimento de munícipes de Mesquita e
100 Nova Iguaçu. Sinaliza que já conseguiu aumentar o número de atendimentos nas unidades de saúde do
101 município. Isso não foi divulgado. A Sra. Dulce esclarece que na CIR passada o Estado informou que
102 iria suspender o recurso do teto de Belford Roxo porque teria que pagar administrativamente ao
103 prestador. Por esse motivo foi aberto o assunto na CIR. A pactuação é feita dessa forma. Se for para
104 colocar ou retirar dinheiro do município cabe pactuação em CIR. Esta plenária é um colegiado. Na
105 ocasião em que foi discutida a oftalmologia, Nova Iguaçu foi o município destacado, quando ficou com
106 três milhões de reais dos municípios sem prestar o serviço. O Estado interferiu. Retirou o dinheiro de lá
107 e pagou administrativamente por um longo período. A Sra. Dulce continua dizendo que foi citado o
108 fechamento de uma maternidade que não foi dada ciência à CIR. Qual foi o motivo do fechamento? Ela
109 afirma que o assunto não passou na CIR. Diz que a Tabela SUS precisa ser revista. A Sra. Monique
110 esclarece que o Estado incluiu o assunto em pauta no mês passado em função da comunicação por parte
111 da maternidade. O Estado enviou ofício para a Secretaria Municipal e não recebeu resposta. A partir daí
112 o assunto entrou na pauta pelo risco de fechamento da Maternidade. A Sra. Dulce diz que a CIR
113 solicitou que houvesse um encontro com os entes para resolver a questão. O Sr. Marcio afirma que tal
114 documento não chegou ao município. Questionou o Secretário de Estado, visto que não houve
115 recebimento do ofício. A Sra. Monique relata que a informação que tem da SES é quanto o envio do
116 ofício e não recebimento de resposta. A Sra. Lidia diz que frequenta a CIR desde a sua fundação e
117 sempre foram respeitadas as decisões desse colegiado. Há dois meses veio para pauta desse colegiado à
118 implantação de uma Central de Regulação da Baixada. A CIR solicitou que o projeto fosse apresentado,
119 o que não aconteceu. Entretanto, a Sra. Dulce mostrou a publicação da Resolução do Secretário de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

120 Estado criando a Central. Quanto à maternidade que foi pautada na CIR passada, na ocasião, o colegiado
121 solicitou mais informações, porque o Estado dizia uma coisa e o representante de Belfort Roxo dizia
122 outra. Até o momento, o assunto ainda não está claro. A fim de organizar o debate a Sra. Monique
123 solicita que as pessoas que desejarem falar se manifestem, levantando a mão, para que a Sra. Izabela
124 faça a inscrição. A Sra. Fátima, apoiadora do COSEMS, diz que esse espaço é uma ferramenta
125 fundamental para articulação da região. Isso acontece em todas as regiões do Estado. Sente-se feliz pela
126 presença do Sr. Secretário de Belfort Roxo. Esse é um espaço que deveria ser priorizado por todos os
127 Secretários, quando são feitos os debates da saúde, que são fundamentais para as definições na política
128 de saúde. Esclarece que em seu ponto de vista não há constrangimento no tratamento das situações que
129 ocorrem nos municípios da região. Esse é o espaço próprio. Depois de lapidado vai para CIB com
130 proposta definida. É muito importante a presença dos Secretários na CIB e CIR. Deixa claro que não
131 existe intenção de constranger ou desvalorizar neste espaço. Nesse espaço os assuntos são tratados
132 tecnicamente. Assuntos que são de política acima do desempenho dos técnicos presentes não terão
133 resposta neste espaço. Relacionado ao tema de como esse espaço deve ser organizado, levantado pela
134 Sra. Lídia e Sra. Dulce, diz que na verdade a vivência vai trazendo o aprimoramento do trabalho. É
135 como um processo pedagógico que vai promovendo a forma de atuar nesse espaço. Até que se chegue ao
136 nível esperado. Essa região precisa caminhar muito em direção ao aprimoramento. A Sra. Lídia diz que,
137 nessa região, essa situação é um retrocesso. A Sra. Fátima continua dizendo que como participante
138 recente dessa CIR não está avaliando o retrocesso, mas vê que deve continuar na busca do
139 aprimoramento até alcançar o objetivo da região. De fato, na saúde, essa situação não acontece somente
140 nesta região. Os processos são complexos, rápidos e dinâmicos. Por essa razão, devemos estar o tempo
141 todo buscando e tentando realizar o que se acredita ser o melhor. O Sr. Deodato questiona o Sr. Marcio
142 sobre por que ele não assinou as AIHs daquela maternidade esse mês e as APACs que não são liberadas
143 há dois meses, pois a maternidade recebeu pouco mais que duzentos mil reais. A Sra. Monique diz que a
144 discussão não irá caminhar nessa direção. O Sr. Deodato acata a orientação e se desculpa. O Sr. Paulo
145 declara que quando o assunto da Maternidade foi apresentado à CIR foram feitos vários
146 questionamentos. A proposta foi que o município apresentasse um planejamento que efetivamente
147 resolvesse a questão financeira da maternidade. É de conhecimento que todos os municípios estão com
148 dificuldades financeiras devido à evasão de recursos por parte federal e estadual. O Estado tem dívida
149 altíssima com a maioria dos municípios. Todos os envolvidos têm sua parte de razão: a maternidade com
150 suas despesas e o município com suas dificuldades financeiras. Sugere que o Estado pague ao município
151 o montante devido. Posteriormente poderá ser feita nova discussão. A Sra. Monique diz que a
152 informação solicitada à SAECA, considerando o encaminhamento da CIR passada, foi sobre a última



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

153 competência devida à maternidade. A SAECA atendeu à solicitação. Salienta que na CIR da
154 Metropolitana I (na linha exposta pela Sra. Fátima Rezende) a frequência dos secretários de saúde é
155 baixa. A CIR é composta pelos secretários municipais e a representação do estado. O secretário tem
156 direito a substituto. Nesta CIR Metro I os substitutos são permanentes. Nas outras regiões a presença dos
157 secretários é mais frequente. A Região do Médio Paraíba não tem substitutos. Nas outras CIR há o
158 comparecimento dos secretários e sua substituição quando necessário. Sem desmerecer a capacidade
159 técnica dos substitutos, é importante a presença dos secretários nos debates dos problemas de saúde da
160 região. O COSEMS vem conversando sobre essa ausência. A Sra. Monique continua dizendo esse é um
161 fórum de análise, entendimento, negociação e pactuação, da mesma forma que na CIB e na CIT. Quando
162 não há consenso, o tema não é pactuado. Os temas são trazidos e podem ficar em discussão por um
163 tempo e podem até ser retirados da pauta, de acordo com a decisão da plenária. A questão da
164 maternidade foi trazida porque não foi resolvida na reunião anterior. Houve reuniões paralelas para
165 obtenção de informações técnicas e o assunto está retornando hoje. Sr. Leonardo diz que a proposta do
166 Sr. Paulo é a mesma que foi feita por Belford Roxo na reunião passada, visando à manutenção do
167 funcionamento da casa de saúde e maternidade. O município deve cerca de um milhão de reais à
168 Maternidade. Menos de dez por cento dos onze milhões que o Estado deve ao município de Belford
169 Roxo. Na reunião realizada no Rio de Janeiro, em que as contas foram comparadas junto à SAECA, não
170 houve concordância. Citou a questão da ausência de contrato e de outros documentos. A proposta é de
171 que o Estado efetue o pagamento à Maternidade com dinheiro próprio, ao invés de retirar do teto do
172 município. Não há garantia de que o Estado retirando do teto financeiro do município irá efetuar o
173 pagamento a Maternidade. Houve um pagamento de cerca de quase trezentos mil, em abril. O Estado
174 conseguirá pagar a maternidade com a ausência de documentação, conforme o município faz, mediante
175 TAC? A quem será entregue o faturamento? Se o faturamento for divergente o Estado irá compensar?
176 Não houve consenso na decisão. E não houve entendimento de como esse pagamento seria feito. Se o
177 Estado não fizer o pagamento, a Maternidade irá fechar do mesmo jeito? Essas são questões que não
178 foram esclarecidas na reunião passada, diz o Sr. Leonardo. O município continua realizando os
179 pagamentos, dentro das suas possibilidades. E o Estado abateria da dívida com o município de seis
180 milhões, do exercício de dois mil e quinze e um pouco mais de quatro milhões do exercício de dois mil e
181 dezesseis, pagando um milhão diretamente à Maternidade. Ele diz que acredita que essa seja a melhor
182 forma. Dessa forma não colocaria em risco a manutenção do funcionamento da Maternidade. A Sra.
183 Lúcia comenta a fala da Sra. Monique e da Sra. Fatima Rezende. Diz que esta CIR está muito bem
184 organizada desde sua criação. Discorda de ter paciência para que as coisas aconteçam. Esse sempre foi
185 um fórum respeitado em suas opiniões. Este é um fórum de pactuação. Se os Secretários não estão



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

186 presentes é porque os seus representantes, que os substituem, estão devidamente empoderados para
187 decidir por eles. Ela afirma que nunca participou de uma reunião em que o seu Secretário não
188 concordasse com suas decisões. Realmente é lamentável a ausência dos secretários, entretanto, o
189 interesse dos secretários será menor, visto que as pactuações desta CIR não são respeitadas. Se continuar
190 desse jeito nem quórum haverá para reunião, diz a Sra. Lídia. Se a implantação da Central de Regulação
191 da Baixada não tivesse vindo para reunião, o Secretário de Estado poderia ter feito o que bem
192 entendesse. O assunto foi pautado. Saiu da pauta da reunião. No entanto ele decidiu. Com isso qual o
193 objetivo da CIR? Não se lembra de ter ocorrido caso parecido. Diz que o assunto será levado ao
194 Secretário do Município do Rio. A Sra. Dulce diz que de acordo com o regimento interno entende que
195 este é um fórum de pactuação. No caso da Central de Regulação vir para a Baixada, o Sr. Diego esteve
196 em reunião da CIR pedindo a pactuação. Foi solicitado que ele apresentasse o projeto para que fosse
197 esclarecido como ocorreria o financiamento, abastecimento e o fornecimento de recursos humanos. Ele
198 se comprometeu que iria trazer. Dessa forma seria avaliado, pactuado e encaminhado à CIB conforme os
199 fluxos normais. Entretanto foi decretada a instalação da Central de Regulação, sem que houvesse o
200 tramite correto. A Sra. Dulce apresenta a publicação em Diário Oficial de dezanove de abril, que contém
201 a Resolução número mil trezentos e cinquenta e um. A Central de Regulação será instalada no Hospital
202 Estadual Melchiades Calazans, conforme Resolução publicada, para que todos possam ficar cientes. Foi
203 solicitado na CIR e esclarecimentos quanto essa Central de Regulação: Quem vai coordenar? É o estado
204 que vai compor os recursos humanos? Os municípios vão manter a regulação através do CISBAF, por
205 cotas, da forma que é feito com o SAMU? Nada foi esclarecido. O pedido não foi atendido ou
206 respeitado. Quanto a representação em CIR, seria muito importante se todos os secretários pudessem
207 estar presentes. Diz que desde que a CIR foi instituída foi colocada como representante por todos os
208 secretários que passaram por Seropédica. Suas decisões são sempre aprovadas e aceitas e endossadas,
209 sem que houvesse contraditório ou queixas por parte dos secretários nesta plenária. Com experiência de
210 quarenta anos de serviço à saúde, entende que as decisões precisam ser respeitadas. Houve ocasião em
211 que defendeu o município de Japeri porque o município de Nova Iguaçu queria tirar um milhão do teto
212 financeiro. Todos os municípios estão em situação difícil. Tem municípios que pactuam e não cumprem
213 os acordos. As decisões precisam ser bem analisadas, a fim de evitar as negociações frustradas,
214 conforme foi feito na PPI. A gente pensa na regionalização, mas a cintilografia de Seropédica é feita em
215 Volta Redonda, porque tinha pactuação com o município do Rio de Janeiro, porém nunca foi atendido.
216 Para atingir o objetivo do SUS deve haver seriedade nas pactuações deste fórum. Se houver algum
217 assunto que este colegiado não concordar, deve ser respeitado. Será que todos os secretários municipais
218 da Baixada estão de acordo que a Central de Regulação seja implantada na Baixada? Gostaria de dar ao



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

219 seu Secretário uma posição a respeito de como seria a implantação da Regulação. Agora terá que dizer
220 que o serviço foi implantado mediante Resolução do Secretário de Estado sem a pactuação da CIR. Está
221 ciente de que este é um fórum de pactuação e conhece os protocolos até que cheguem ao Ministério da
222 Saúde. O Estado está devendo aos municípios, deixando todos em má situação. Os munícipes estão
223 querendo ser atendidos, sem querer saber de onde vem o dinheiro, visto que a lei é clara: “A saúde é um
224 direito de todos e dever do estado”. Certo é que o prestador não pode trabalhar sem receber. O dinheiro
225 do prestador não passa pelo Estado, vem do MS direto para o fundo municipal, mensalmente
226 considerando o faturamento. O município, por suas razões, não cumpriu esse acordo. São muitas
227 questões. O DENASUS também fez exigências que deveriam ser repassadas para o prestador. O
228 fechamento da maternidade será prejuízo para região. Todos esses assuntos precisam ser pensados,
229 analisados e pactuados com clareza respeitando as legislações. De acordo com a legislação vigente, o
230 prestador tem direito a denunciar que não está recebendo. Dessa forma o MS pode suspender o repasse
231 da verba. Repete a sugestão feita na reunião passada de que Secretário de Belford Roxo e Secretário
232 Estadual conversem para encontrar o melhor caminho. O Estado está falido, mas não pode transferir o
233 problema para os municípios. Os municípios também estão com dificuldades. O COSEMS tem um
234 trabalho importante na intermediação e aconselhamento junto aos secretários. Sugere ao Sr. Secretário
235 de Belford Roxo que procure a presidente do COSEMS em busca de orientação. E reafirma que não
236 houve pactuação relacionado à questão da maternidade. O intuito é de que sejam esclarecidas as dúvidas
237 para que a solução seja encaminhada de forma a não prejudicar os entes envolvidos. A Sra. Vivian
238 solicita esclarecimentos. Pergunta: diante de toda essa discussão e apontamentos, a Secretaria de Saúde
239 de Belford Roxo hoje, vem honrando, em dia, o pagamento justo do valor do recurso, que continua
240 recebendo do MS, para a unidade em questão? Há alguma determinação ou conversa, no sentido de
241 regularizar a situação do prestador, quanto ao que lhe é devido, mediante contrato, sem fazer o
242 pagamento via APAC? Já houve negociação, a fim de que o assunto não retorne a esse Colegiado? A
243 questão que está sendo discutida envolve os municípios de toda a região, principalmente Nova Iguaçu
244 pelo quantitativo de municípios que atende. É de conhecimento que Nova Iguaçu atende não só na
245 maternidade, mas possui o único Hospital Geral da região, além de mais outros treze municípios fora da
246 região. A situação é complicada e preocupante. Não há repasse de recursos para as UPA do Estado que
247 estão no município, além de uma UPA municipal. Embora o atual Secretário de Estado já ter sido o
248 Secretário de Nova Iguaçu, em nada houve benefício porque a situação continua a mesma. O município
249 está prejudicado com a crise financeira do Estado. O município continua aguardando o repasse das
250 verbas para as UPA e para a Maternidade. O atraso é de mais de seis meses. Entendemos a dificuldade
251 do Estado. Entretanto, cada município deve fazer a sua parte. Belford Roxo está recebendo o recurso



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

252 federal para pagamento da maternidade, é de fundamental importância que haja negociação. As
253 dificuldades são diversas. Todos os municípios têm problemas com prestadores. É inviável para os
254 prestadores manterem o atendimento sem o recurso necessário. É de acordo que o Estado negocie os
255 valores atrasados, considerando a dívida com o município. A questão é que o município de Belford
256 Roxo continua recebendo o recurso direto no Fundo Municipal, a fim de efetuar o pagamento ao
257 prestador. Por que o pagamento não está sendo efetuado, de dois meses para cá, quando foi levantada a
258 discussão? É favorável à proposta do Subsecretário de Belford Roxo, quanto à questão dos atrasados. A
259 proposta dada para o prestador de pagamento da dívida em mais de cinquenta parcelas dificilmente será
260 aceita. Entretanto, poderia ser uma proposta do Estado, em menor quantidade de parcelas, diante da
261 dívida que tem com o município. Porém, o pagamento em dia, ao prestador, a partir desse momento, é
262 fundamental para que a porta não se feche. A Sra. Dulce esclarece que a proposta apresentada pelo
263 Subsecretário de Belford Roxo foi realizada em Câmara Técnica, para que fosse aprovada nesta CIR. O
264 Deputado Deodalto diz que a questão é muito séria e não há solução visível. O repasse federal que vai
265 para o município não é repassado para a prestadora. A Sra. Monique diz que o assunto já foi bastante
266 abordado e que há outros pontos de pauta, portanto, enquanto o Sr. Paulo estiver falando poderá haver
267 inscrições para quem desejar falar. Após a sua fala, não haverá mais inscrições. O Sr. Paulo diz que se
268 sentiu constrangido com a declaração relativa à ausência dos secretários. Tal declaração transpareceu
269 que os suplentes presentes não têm real representatividade neste colegiado. Uma resolução baixada que
270 não cumpre minimamente as decisões do colegiado é constrangedora. Diz que de acordo com sua
271 experiência, como representante em outras regiões, observou que a dinâmica é a mesma, diferenciando
272 apenas na forma como são tratados os assuntos. Diz que essa discussão será informada ao Secretário
273 como comumente acontece, em cumprimento da função. Não vê prejuízo de negociação em decorrência
274 da ausência do Secretário. Tudo que passa pelo colegiado é informado ao Secretário. Após discutir os
275 assuntos, o Secretário determina o que tecnicamente deve ser feito. Seu relacionamento com o Sr. Luiz -
276 Secretário de Estado, sempre foi tranquilo e não vê intransigência na pessoa dele. Entretanto, deve ser
277 demonstrado a ele que nesse colegiado, independente da participação ou não do Secretário municipal, os
278 representantes realizam a discussão tecnicamente como convém. O Sr. Marcio esclarece que, relativo à
279 Belford Roxo, todos os indivíduos que comparecem à plenária estão autorizados a representarem o
280 Secretário. O Secretário acata as decisões feitas no colegiado. Sua presença nesta plenária se dá na
281 intenção de esclarecer a questão da Maternidade. É sabido que o repasse da verba demora cerca de três
282 meses em relação ao mês da competência. O motivo que criou a dívida foi o aumento absurdo nos
283 valores dos procedimentos cobrados pelo prestador. No ambulatório pagavam-se cento e dez mil reais.
284 No mês de agosto, o município pagou trezentos e sessenta mil reais só de ambulatório da maternidade.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

285 Atualmente, o município paga o dobro. De cento e dez mil paga-se o dobro: duzentos e vinte mil reais,
286 conforme comprovantes. Quando tomou posse, a dívida com a maternidade era de cinco meses.
287 Atualmente, a dívida deve ser de três meses. No mês de janeiro foram pagos quatrocentos e oitenta mil
288 reais. Em fevereiro, foram quatrocentos e cinquenta e oito mil e no último mês mais de duzentos e
289 sessenta e seis mil reais. Ocorre que o município recebeu ordem do DENASUS para interdição da
290 maternidade. Entretanto, não foi acatada, a fim de evitar a descontinuidade de atendimento. O município
291 não se nega a pagar. O aumento do valor devido causou dificuldade no cumprimento do débito. A partir
292 de agora será feita auditoria junto ao prestador, na intenção de verificar a veracidade da produção.
293 Repete que o município não se nega a cumprir com as responsabilidades. A proposta feita pelo
294 Subsecretário é a proposta autorizada pelo Secretário. Dentro das possibilidades, a dívida foi parcelada,
295 ainda se deve cerca de três meses, que serão pagos. O interesse é de que a saúde funcione. A Sra.
296 Monique diz que não desmerece a nenhum substituto dos secretários, visto que reconhece a capacidade
297 técnica e representatividade de cada um. Fala que é importante a presença dos secretários e que é
298 necessária uma reflexão a respeito. Em relação à Maternidade, reitera que os recursos financeiros que o
299 Estado transfere para as SMS, destinados às UPA municipais, não podem ser utilizado para pagamento
300 de serviços credenciados ao SUS, cujo custeio é federal. Os recursos são provenientes do Fundo
301 Nacional de Saúde. Essa é uma questão administrativa, são fontes de recursos diferentes. Não pode ser
302 feito esse procedimento. A Sra. Fátima Rezende diz que concorda com a fala da Sra. Monique quanto à
303 presença dos secretários. Em sua opinião a presença dos secretários fortalece o espaço, sem desmerecer
304 os seus substitutos e técnicos presentes. A contribuição dos técnicos tem importância. Se há negociação
305 em saúde no município é graças a todos os presentes que se empenham arduamente para tanto. Propõe
306 que essa CIR solicite um agendamento de reunião com a presença do Secretário de Belford Roxo, o
307 prestador, o Secretário Estadual e presidência do COSEMS, a fim de que discutam e encontrem uma
308 solução para o problema, visto que esses são os atores que têm o poder para decidir sobre o assunto. É
309 impossível sair dessa reunião com tranquilidade sabendo da situação das maternidades. Acrescenta que,
310 em sua opinião, a reunião dos entes envolvidos deveria acontecer antes da CIB, visto que esse grupo será
311 constituído por autoridades competentes para decidir e estabelecer acordo. A Sra. Monique diz que,
312 terminadas as falas dos inscritos, encerra-se o debate. Seguem as falas para as propostas de
313 encaminhamento. A Sra. Janequele diz concordar com a proposta da Sra. Fátima Rezende, e recomenda
314 que os assuntos sejam expostos na plenária com conversa prévia entre os entes envolvidos. A Sra.
315 Dulce pergunta se o Estado tem condições de atender a proposta do município de Belford Roxo quanto à
316 cobertura de um milhão de reais junto ao prestador. A Sra. Monique diz que, como já falou
317 anteriormente, esse procedimento não pode ser realizado. A Sra. Dulce diz estar de acordo com a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

318 proposta da Sra. Fátima Rezende, entretanto, questiona se o prestador está em condições de aguardar
319 mais esse tempo. O Sr. Leonardo diz não compreender porque a questão de o Estado pagar um milhão
320 de reais diretamente à entidade não pode ser apreciada. A Sra. Monique lembra que já falou que não é
321 possível fazer esse procedimento. O Sr. Leonardo mencionou que irá devolver a UPA. Uma vez que o
322 assunto foi debatido, seguiram-se os encaminhamentos. Foram apresentadas duas propostas: 1 - Realizar
323 uma reunião entre os gestores e prestador citados, e 2 – A SES pagar a Maternidade com o recurso do
324 tesouro estadual referente à UPA. A Sra. Monique reitera que a proposta dois não é viável, visto que o
325 Estado não pode destinar para outra unidade o recurso financeiro do tesouro estadual direcionado para a
326 UPA. A maternidade é credenciada ao SUS com recursos definidos por portaria ministerial, tendo sido
327 pactuado previamente na CIB. O Sr. Marcio pergunta por que não foi apresentada a proposta do
328 DENASUS para interditar a Maternidade. O documento foi enviado pelo Conselho Estadual de Saúde –
329 CES. A Sra. Dulce interrompe dizendo que o Sr. Cesar – Diretor da RUE, irá se retirar, tendo em vista o
330 avançado da hora. Ele veio para apresentar-se como indicado do município de Itaguaí, para integrar o
331 Grupo de Trabalho da RUE, conforme o item de pauta. A Sra. Monique agradece a presença do Sr.
332 Cesar, dizendo que o assunto de pauta é um pedido da Coordenação da RUE no Estado para que haja
333 indicação dos representantes dos municípios da Metro I, a fim de agendar uma reunião com os mesmos.
334 Retomando o assunto anterior, a Sra. Monique pergunta se todos concordam com a proposta da Sra.
335 Fátima Rezende. Caso haja concordância o assunto só voltará para pauta após a reunião indicada. A Sra.
336 Lídia diz que a proposta da Sra. Fatima Rezende é a mais viável, entretanto, é necessária a confirmação
337 de presença na reunião do Sr. Secretário Municipal de Belford Roxo. O Sr. Marcio afirma que estará
338 presente, se convocado. A Sra. Monique propõe limite de horário para encerramento da reunião até
339 doze horas e trinta minutos. Todos concordam com o limite de horário. A Sra. Fátima, por solicitação,
340 repete a proposta de reunião com os principais atores com poder de decisão, a saber, o Secretário de
341 Belford Roxo, o prestador, o Secretário de Estado e a presidente do COSEMS. Devem se reunir na
342 próxima semana, para que possam definir a questão, visto que esta plenária está fragilizada para chegar
343 ao denominador comum. Com o consenso da plenária, o assunto foi pactuado. **4 - INBEL (Instituto**
344 **Nefrológico de Belford Roxo) – atraso no pagamento e estratégia de enfrentamento** – a Sra.
345 Monique, a fim de otimizar a discussão, propõe que o encaminhamento deste assunto seja semelhante ao
346 que foi dado à Maternidade, por se tratar de situação semelhante. Sem manifestação contrária o assunto
347 é pactuado. **5 – Normatização e estabelecimento do fluxo e protocolo para utilização de transporte**
348 **sanitário do município de Queimados** – A Sra. Janequele informa que, o assunto vem a essa plenária
349 por uma cobrança do MP, considerando a política de TFD, a fim de que o serviço fosse organizado e
350 dado transparência a fila. O projeto não alcançou os parâmetros da portaria de TFD. A portaria



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

351 determina que o recurso financeiro seja entregue na mão do paciente ou concessão de veículo para o
352 transporte. O município de Queimados fez as adequações necessárias, entretanto quanto a parte
353 financeira, mesmo que o recurso entregue na mão do paciente para que seja mais prático, tendo em vista
354 o baixo quantitativo de viatura no município, não foi possível acatar por não constar no orçamento. A
355 normatização do fluxo foi publicada. A Sra. Patricia esclarece que em câmara técnica foi informado que
356 o assunto atende a uma solicitação do Ministério Público, na pessoa da Promotora Sra. Márcia Lustosa,
357 no sentido de que o serviço seja organizado. A Sra. Janequele diz que a promotora por ser muito atuante
358 na região. Fez a recomendação, para manter a transparência do serviço, que ele seja ponto de pauta na
359 CIR e CIB. A Sra. Vivian esclarece que não existe a regulamentação do transporte sanitário, entretanto
360 os municípios da baixada utilizam esse recurso. Diz que a Sra. Márcia Lustosa está propondo a
361 regulamentação do serviço. O assunto foi considerado pactuado por não haver manifestação contrária. **6**
362 **– Representação técnica no Grupo Condutor Regional de Urgência e Emergência** – A Sra. Monique
363 esclarece que a Coordenação estadual da RUE solicitou que os municípios atualizem as designações dos
364 representantes indicados pelos secretários municipais, os coordenadores da RUE e os coordenadores do
365 SAMU. O pedido foi feito para envio dos nomes até o dia vinte e cinco. Como até o momento não foi
366 atendido. Houve a solicitação de pactuação que esses nomes serão enviados o mais breve. Diz que o Sr.
367 Lenine – Coordenador da RUE no Estado irá convidar esses representantes para discussão de vários
368 itens. A discussão será feita no grupo técnico. Os temas demandados a esse grupo técnico serão
369 avaliados pela Câmara Técnica e posteriormente pactuados em CIR. Pactuado o compromisso de envio
370 de documento formal com a indicação dos nomes dos representantes municipais, coordenadores
371 municipais de urgência e emergência e coordenadores do SAMU municipal. A Sra. Patricia informa que
372 os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita e Seropédica já enviaram os
373 nomes de seus representantes. A Sra. Monique orienta a Sra. Dulce que formalize o envio do nome do
374 Sr. Cesar como representante de Itaguaí. **II – Informes – 1. Emenda Parlamentar do Município de**
375 **Itaguaí** – a Sra. Monique esclarece que para preencher as informações solicitadas no sistema de
376 convênios do MS é necessário que conste os números das deliberações CIR e CIB. Portanto é de praxe
377 que todas essas emendas sejam lidas para que os municípios alimentem o sistema. **2 – Emenda**
378 **Parlamentar do Município de Itaguaí** - Pauta solicitada pelo Gestor de Itaguaí através dos ofícios
379 número quatrocentos e setenta e seis de dois mil e dezesseis para custeio de Média e Alta Complexidade
380 (MAC); Ofício número quatrocentos e oitenta e quatro de dois mil e dezesseis para Custeio de Piso da
381 Atenção Básica (PAB); Ofício número quatrocentos e setenta e quatro de dois mil e dezesseis para
382 Construção de unidade de saúde da Família Bairro Chaperó; Ofício número quatrocentos e setenta e
383 cinco de dois mil e dezesseis para estruturação da atenção especializada em Saúde (aquisição de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

384 equipamento e material permanente); Ofício número quatrocentos e oitenta e um de dois mil e dezesseis
385 para estruturação de atenção especializada em Saúde (aquisição de equipamento e material permanente).
386 **3 - Emenda Parlamentar do Município de Seropédica** - Pauta solicitada pelo gestor de Seropédica
387 através dos ofícios número quinhentos e setenta de dois mil e dezesseis para ampliação de unidade de
388 atenção especializada em saúde – CEMES (Centro de especialidades médicas de Seropédica) e para
389 ampliação do Hospital Maternidade; Ofício número quinhentos e setenta e um de dois mil e dezesseis
390 para construção de unidade especializada em saúde; Ofício número quinhentos e setenta e quatro de dois
391 mil e dezesseis para aquisição de unidade móvel de nível pré-hospitalar; Ofício número quinhentos e
392 setenta e dois, de dois mil e dezesseis para aquisição de equipamentos e material permanentes para
393 unidades especializadas e Ofício número quinhentos e setenta e sete, de dois mil e dezesseis para
394 construção de unidade básica de saúde do Jardim Maracanã. Na CT CIR a emenda parlamentar para
395 construção de unidade especializada em saúde, já foi pactuada na quarta reunião CIB, devido à urgência
396 para cumprir prazo dado pelo MS para recebimento de recurso. **4 - Emenda parlamentar do Município**
397 **de Duque de Caxias** - Pauta solicitada pelo gestor de Duque de Caxias através dos ofícios número cento
398 e sessenta e nove, de dois mil e dezesseis para aquisição de equipamento/material permanente para AB;
399 Ofício número cento e setenta e dois, de dois mil e dezesseis, para aquisição de equipamento/material
400 permanente para AB, Ofício número cento e setenta e quatro, de dois mil e dezesseis, para aquisição de
401 equipamento/material permanente para AB; Ofício número cento e setenta e seis, de dois mil e dezesseis
402 para aquisição de equipamento/material permanente para unidade móvel de saúde, Ofício número cento
403 e oitenta, de dois mil e dezesseis; para aquisição de equipamento/material permanente para unidade de
404 atenção especializada em saúde; Ofício número cento e oitenta e um, de dois mil e dezesseis; ofício
405 número cento e oitenta e um, de dois mil e dezesseis para aquisição de equipamento/material
406 permanente para unidade de atenção especializada em saúde, Ofício número cento e oitenta e dois, de
407 dois mil, duzentos e oitenta e dois para aquisição de equipamento/material permanente para unidade de
408 atenção especializada em saúde. **4 – Indicação de representação do Município do Rio de Janeiro na**
409 **composição do Fórum Perinatal da Região Metropolitana I do Estado do Rio de Janeiro.** - A Sra.
410 Patricia esclarece que a Subsecretaria Geral do RJ informa que mediante a deliberação CIB solicita que
411 os municípios da região informem o nome dos técnicos que irão fazer parte do Fórum Perinatal da
412 Região. Lista o público alvo: Técnico da saúde da Mulher, criança e adolescente, atenção básica, comitê
413 de óbito materno, fetal e infantil, vigilância epidemiológica. Solicita que o documento seja encaminhado
414 a todos os municípios juntamente com a deliberação CIB. **5 – Prestação de contas do recurso CIES,**
415 **alocação no município de Seropédica** – a Sra. Patricia informa que ainda há um valor de quinhentos e
416 noventa e três mil em Seropédica para a CIES. O coordenador irá fazer reunião com os municípios que



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Assessoria de Regionalização

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA I

417 tem recurso para ver a melhor forma de gasto. Questionada sobre o recurso de Mesquita a Sra. Patricia
418 informa que o município não fez contato. A Sra. Monique orienta a Secretaria Executiva a reiterar a
419 solicitação ao município de Mesquita. A Sra. Janequele lembra que o município de Mesquita, na reunião
420 CIR de dezembro, solicitou que o estado proponha uma estratégia para solução, visto que o município
421 gastou o recurso e não tem como prestar conta. A Sra. Monique diz que não é competência do estado
422 propor solução para forma da utilização ocorrida. O município é que deve fazer a proposta. A Sra.
423 Janequele lembra que a informação, de que o recurso não estava em Mesquita, foi dada pelo
424 representante e não pelo gestor do município. A Sra. Monique enfatiza que o município de Mesquita
425 deverá comparecer a CIR e fazer a proposta para a regularização do recurso. **6 – Atualização da**
426 **informação sobre os relatórios anuais de gestão 2013 a 2015, de acordo com o relatório gerencial**
427 **emitido pelo SARGSUS** – A Sra. Patricia esclarece que em Câmara Técnica foi informado de que os
428 municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Queimados, São João de Meriti e Seropédica ainda não
429 enviaram o RAG 2015 ao CMS. Questiona se houve mudança na situação. Os representantes de Duque
430 de Caxias, Queimados informam que já enviaram o RAG 2015 ao CMS. Os demais municípios listados
431 serão alertados via e-mail. Encerrados os informes pautados, a Sra. Monique diz que será dado um
432 informe extra. A Sra. Fátima Rezende diz que no período de trinta e um de maio a quatro de junho vai
433 acontecer o congresso do COSEMS, em Fortaleza. Ela deverá enviar os detalhes por e-mail. A Sra.
434 Izabela se despede do grupo informando que deixará de ser suplente da Sra. Monique nesta região, para
435 ser suplente na região do Médio Paraíba. Ela diz que foi um ano bom, de aprendizado. Agradece pelo
436 ano de trabalho e deseja sucesso para região. A próxima reunião ordinária da CIR Metro I está marcada
437 para o dia vinte e cinco de maio, com a pauta e local a serem informados posteriormente. A reunião foi
438 encerrada às doze horas e trinta minutos, sem nenhum outro ponto levantado pelos participantes, foram
439 concluídos os trabalhos. Eu, Sidnéa Alvim da Silva, Assistente da Secretaria Executiva da CIR Metro I
440 lavrei e assinei a presente ata. Nova Iguaçu, vinte e nove de abril de dois mil e dezesseis.